



III SEMPED

FORMAÇÃO DOCENTE: COMPLEXIDADES,
PERSPECTIVAS E (DES)VALORIZAÇÃO.

15 A 19 DE SETEMBRO DE 2025



CCP
Colegiado de Pedagogia
Vitória da Conquista

QUANDO A INCLUSÃO NÃO ENTRA EM CENA: Silêncios e Discursos na Política Educacional (2013–2024)

TAÍSA SANTOS SACRAMENTO¹

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA BAHIA - UESB

GABRIELA CANGUSSU DE SOUZA MORAES²

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA BAHIA – UESB

SIRLANE FREITAS LACERDA³

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA BAHIA – UESB

RESUMO

O presente trabalho analisa a agenda retórica de quatro presidentes brasileiros: Dilma Rousseff, Michel Temer, Jair Bolsonaro e Luiz Inácio Lula da Silva, no período de 2013 a 2024, com foco no tema da Educação Inclusiva. A pesquisa, de natureza qualitativa e baseada em análise documental, examinou planos de governo, discursos de posse e mensagens presidenciais disponíveis em fontes oficiais, buscando identificar menções ao termo “inclusão” no contexto educacional. Os resultados indicam um padrão de ausência ou baixa frequência de referências diretas à Educação Inclusiva nos documentos e pronunciamentos analisados, com variações de acordo com as prioridades de cada governo. Dilma Rousseff apresentou ações concretas e menções relevantes à temática, enquanto Michel Temer manteve o tema praticamente ausente. Jair Bolsonaro trouxe propostas relacionadas à Educação Especial, mas com enfoque seletivo, como a educação bilíngue para surdos. Lula, por sua vez, retomou pautas ligadas à PNEEPEI e recriou espaços de participação social, apresentando metas de ampliação de matrículas e investimentos. O estudo evidencia o distanciamento entre o discurso político e a efetivação de políticas públicas inclusivas, apontando para a necessidade de maior compromisso institucional com a garantia do direito à educação para pessoas com deficiência.

Palavras-chave: Educação Inclusiva. Agenda retórica. Políticas públicas.

INTRODUÇÃO

As agendas governamentais são um conjunto de temas prioritários, estabelecidos pelos governos, para os quais devem dedicar suas ações e atenção durante a gestão. Os estudos sobre agenda governamental, partem da ideia de que a capacidade dos governantes em

¹ Graduada em Pedagogia, mestranda em Educação pela universidade Estadual do Sudoeste da Bahia- UESB, bolsista CAPES. E-mail: taisantossacramento@gmail.com

² Graduada em Psicologia, mestranda em Educação pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia - UESB. E-mail: cangussugab@gmail.com

³ Graduada em Pedagogia, mestre e doutoranda em Educação pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB, bolsista CAPES. E-mail: sirlanefreitas@yahoo.com.br



III SEMPED

FORMAÇÃO DOCENTE: COMPLEXIDADES,
PERSPECTIVAS E (DES)VALORIZAÇÃO.

15 A 19 DE SETEMBRO DE 2025



CCP
Colegiado de Pedagogia
Vitória da Conquista

reconhecer problemas e formular políticas públicas para saná-los é limitada (Brasil et al., 2023). Isso se dá por conta das limitações cognitivas, orçamentárias e principalmente de tempo, cabendo aos governos priorizarem e selecionar as questões que serão consideradas em determinado momento, em detrimento de outros temas que ficarão fora das agendas (Brasil et al., 2023).

As políticas e programas que conduzem a vida política e social, resultam de interações e interesses de diferentes grupos que buscam ocupar a lista de prioridades dos tomadores de decisão (Bilhim, 2008). Logo, é inviável formular e implementar políticas públicas que ofereçam alternativas para solucionar todos os problemas sociais, por conta disso, de acordo com Brasil et al. (2023) a distribuição orçamentária é um dos principais indicadores para avaliar quais as prioridades em políticas públicas de cada governo. No entanto, há momentos de mudanças sistêmicas em que o pico de atenção sobre determinadas questões leva, muitas vezes, à realocação orçamentária, mudando o nível de prioridades dos governos (Brasil et al., 2023).

Nesse sentido, a agenda governamental é composta pelas questões consideradas relevantes pelos tomadores de decisão, seja no plano municipal, estadual ou federal. Existem três tipos de agenda, sendo elas a agenda retórica, executiva e legislativa. A agenda retórica envolve os discursos públicos dos prefeitos, governadores ou presidentes em anúncios oficiais, tanto aos jornalistas como demais âmbitos formais de divulgação de programas de governo (Capella; Brasil, 2022; Silva, 2022). Tem como objetivo construir suporte público a propostas e ideias específicas, demonstrar responsabilidade do governo em relação aos anseios da sociedade, informar as ações desenvolvidas pelo governo em determinadas áreas de política e reforçar o papel de liderança do Presidente junto ao eleitorado (Capella; Brasil, 2022). Já as agendas executivas e legislativas, baseiam-se nos poderes formais do Executivo, que permitem a atuação direta na tomada de decisão, como a emissão de decretos, peças orçamentárias, leis, diretrizes, entre outros atos administrativos (Capella; Brasil, 2022). Muitas vezes, essas agendas se sobrepõem, servindo como suporte uma para a outra na elaboração de estratégias governamentais.

Relativo à agenda retórica, percebe-se que os pronunciamentos dos dirigentes de Estado, ganham maior destaque em períodos de processos eleitorais, quando os candidatos



III SEMPED

FORMAÇÃO DOCENTE: COMPLEXIDADES,
PERSPECTIVAS E (DES)VALORIZAÇÃO.

15 A 19 DE SETEMBRO DE 2025



CCP
Colegiado de Pedagogia
Vitória da Conquista

buscam angariar votos da população ao abordarem o investimento em temas como saúde, mobilidade urbana, saneamento básico e educação. Ressalta-se que as políticas públicas são implementadas, reformuladas ou desativadas conforme as opções ideológicas assumidas pelos representantes, e com relação à proposição de políticas educacionais, isso não é diferente (Giron, 2008). Segundo Ozga (2000 *apud* Giron, 2008), os governos usam a educação com fins específicos como: melhoramento da produtividade econômica; treino de mão-de-obra; transmissão cultural, por intermédio da qual as identidades nacionais podem ser promovidas ou alteradas; e, por fim, como lugar de preservação e valorização de ideias e heranças relativas à identidade nacional. Além disso, “cada modelo de Estado, corresponde também a uma nova proposta de educação, vez que a política educacional defendida por um determinado governo reflete como ele entende o mundo e as relações que se estabelecem na sociedade (Giron, 2008, p. 18).

Acerca disso, no contexto da Educação Especial, somente na década de 1960, com a desinstitucionalização de pessoas com deficiências, surgiram as primeiras preocupações do Estado com a educação desse público, embora já existissem instituições privadas voltadas à educação especial como o Instituto Pestalozzi e a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE) (Machado; Pan, 2012). No entanto, foi após de acordos internacionais com metas estabelecidas como a Declaração de Jomtien, em 1991, e a Declaração de Salamanca, em 1994 e com a publicação da Política Nacional de Educação Inclusiva na Perspectiva da Educação Inclusiva (PNEEPEI) em 2008, que o discurso de inclusão passou a ter respaldo e maior mobilização nacional (Machado; Pan, 2012; Baptista, 2019).

Com o aumento de matrículas nas escolas, motivadas pela PNEEPEI, percebe-se o interesse crescente na discussão sobre a inclusão escolar de crianças e adolescentes. A Educação Especial na Perspectiva Inclusiva é um campo que assegura aos grupos sociais a ampliação do poder político por meio representação eletiva em diferentes comunidades (Baptista, 2019). Dessa forma, falar em política educacional implica considerar que, a educação, nos diferentes momentos históricos, esteve ligada a uma determinada visão social e o projeto de educação de um governo revela o tipo de interesse a ser defendido, ou seja, traz a concepção de sujeito e de sociedade que se pretende implementar (Giron, 2008).



III SEMPED

FORMAÇÃO DOCENTE: COMPLEXIDADES,
PERSPECTIVAS E (DES)VALORIZAÇÃO.

15 A 19 DE SETEMBRO DE 2025



CCP
Colegiado de Pedagogia
Vitória da Conquista

Desse modo, o presente trabalho, desenvolvido no âmbito da disciplina Análise de Políticas Públicas Educacionais, componente curricular do curso de Mestrado e Doutorado em Educação se propôs a analisar os discursos presidenciais no período de 2013–2024 acerca da Educação Inclusiva a fim de conhecer as intenções dos governantes, protagonistas desse recorte histórico, sobre o tema em questão.

A proposta da atividade consistiu na investigação de um termo-chave vinculado às políticas educacionais, com o intuito de compreender como ele tem sido mobilizado no campo político, especialmente no nível do discurso institucional. O termo selecionado para análise foi "inclusão", no contexto da educação.

A pesquisa teve como foco a agenda retórica, uma das três dimensões da formulação de políticas públicas, ao lado da agenda legislativa e da agenda administrativa. A agenda retórica corresponde à dimensão discursiva, ou seja, ao que é dito publicamente pelos agentes políticos e gestores como forma de legitimar, anunciar ou sustentar determinadas intenções governamentais.

A metodologia adotada foi de natureza qualitativa, com base na pesquisa documental online. Foram analisados discursos públicos de presidentes da República no período de 2013 a 2024, incluindo discursos de posse, pronunciamentos oficiais e demais falas institucionais disponíveis em plataformas digitais governamentais, como os sites da Presidência da República, Portal do Palácio do Planalto e de órgãos vinculados ao Ministério da Educação.

A coleta de dados foi orientada pela busca direta do termo “inclusão” com o foco em educação inclusiva com pessoas com deficiência em documentos e registros oficiais, com o objetivo de identificar de que forma este conceito foi utilizado e qual ênfase lhe foi dada ao longo dos diferentes governos nesse período. A análise considerou tanto a presença quanto a ausência do termo nos discursos, buscando interpretar os sentidos atribuídos à inclusão, os sujeitos envolvidos (quem inclui e quem é incluído), e os contextos em que essas menções ocorrem.

A escolha da agenda retórica como objeto de análise partiu do objetivo geral de compreender os silêncios, ambiguidades e promessas que permeiam os discursos oficiais, evidenciando o distanciamento entre o que se diz e o que efetivamente se realiza em termos de políticas inclusivas. Com isso, buscou-se contribuir para uma leitura crítica da política de



III SEMPED

FORMAÇÃO DOCENTE: COMPLEXIDADES,
PERSPECTIVAS E (DES)VALORIZAÇÃO.

15 A 19 DE SETEMBRO DE 2025



CCP
Colegiado de Pedagogia
Vitória da Conquista

inclusão na educação brasileira, considerando seus aspectos simbólicos e ideológicos expressos no discurso político.

RESULTADOS

Ao analisar a agenda retórica dos presidentes da república no recorte temporal compreendido entre 2014 aos 2024, foi possível destacar a ausência de políticas públicas voltadas para a inclusão das pessoas com deficiência, considerando que logo no plano de governo de todos os presidentes há um vazio de no que se refere a educação inclusiva, educação especial, ou deficiência. Nesta etapa da pesquisa analisou o Plano de Governo, Discurso de Posse e Mensagem presidencial da Presidenta Dilma Rousseff, Michel Temer, Jair Bolsonaro e Lula. A tabela 1 apresenta um breve desenho que compõem o Plano de Governo da Presidenta Dilma, empossada em 2014.

Tabela 1: Dados do Plano de Governo da Candidata Dilma Rousseff

| | |
|---|--|
| Candidata à Presidência da República: Dilma Rousseff Vice: Michel Temer Ano: 2014 | |
| MAIS MUDANÇAS, MAIS FUTURO | |
| 42 páginas | |
| Ênfase do Plano de Governo | Continuidade das ações promovidas pelo Governo Lula de fortalecimento da economia, acesso à educação e a saúde, combate às desigualdades sociais. No Plano de Governo Dilma, ênfase no desenvolvimento da economia, investimento em ciências e tecnologias, preservação dos recursos hídricos e ambientais em geral. |
| 26 menções à palavra Educação 0 menções para “Educação Inclusiva” ou “Educação Especial”, 01 menção à palavra deficiência. | |

Fonte: Pesquisa documental

Ao analisar o tópico “Um novo Ciclo Histórico” a candidata cita o Programa Viver sem Limite: “A continuidade da implementação do Viver sem Limite irá garantir igualdade de oportunidades aos brasileiros e brasileiras com deficiência, com ações de acesso à educação, atenção à saúde, inclusão social e acessibilidade” (p. 34). Após o golpe de Estado em 2016, o vice-presidente Michel Temer assumiu a Presidência da República. A tabela 2 nos mostra o esvaziamento de políticas públicas, haja visto que estrategicamente, sua ocupação ao cargo demanda questionamentos.

Tabela 2: Dados do Plano de Governo do Presidente Michel Temer

| |
|--------------------------------------|
| Presidente Michel Temer Ano: 2016 |
|--------------------------------------|



III SEMPED

FORMAÇÃO DOCENTE: COMPLEXIDADES,
PERSPECTIVAS E (DES)VALORIZAÇÃO.

15 A 19 DE SETEMBRO DE 2025



CCP
Colegiado de Pedagogia
Vitória da Conquista

| | |
|---|---|
| UMA PONTE PARA O FUTURO | |
| 19 páginas | |
| Ênfase do Plano de Governo | Preservar a economia brasileira e tornar viável o seu desenvolvimento. Contornar a crise fiscal e, principalmente econômica, com retração do PIB, alta inflação, juros muito elevados, desemprego crescente e paralisação dos investimentos produtivos. |
| 3 menções à palavra “Educação” 0 menções para “Educação Inclusiva”, “Educação Especial” ou “Deficiência” | |

Fonte: Pesquisa documental

Seu plano de governo aponta suas intenções para a preservação da economia brasileira. A palavra Educação aparece apenas três vezes e Educação Inclusiva não aparece nenhuma vez. Trazemos a tabela 3 com dados do Plano de Governo do Candidato à Presidência da República, Jair Messias Bolsonaro.

Tabela 3: Dados do Plano de Governo do Candidato à Presidência da República, Jair Messias Bolsonaro

| | |
|--|--|
| Candidato à Presidência da República: Jair Messias Bolsonaro Vice: Antônio Hamilton Martins Mourão Ano: 2018 | |
| O CAMINHO DA PROSPERIDADE – BRASIL ACIMA DE TUDO, DEUS ACIMA DE TODOS | |
| 81 páginas | |
| Ênfase do Plano de Governo: | Defesa da liberdade de expressão e das escolhas, defesa da propriedade privada, redução da intervenção do Estado e combate ao crime organizado. Em relação à Educação: “Mais matemática, ciências e português e menos doutrinação e sexualização precoce”. Expurgar a ideologia de Paulo Freire, mudando a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), impedindo a aprovação automática e a própria questão de disciplina dentro das escolas. |
| 20 menções à palavra “Educação” 0 menções para “Educação Inclusiva”, “Educação Especial” ou “Deficiência” | |

Fonte: Pesquisa documental

O Plano de Governo de Jair Messias Bolsonaro demonstra uma perspectiva conservadora e retrógrada para a Educação, ao que se refere ao seu Plano de Governo. Nas suas 81 páginas, um plano bastante robusto e embora a ênfase do seu plano estivesse concentrada na Educação, a palavra “Educação” foi mencionada apenas 20 vezes. Constata também a ausência de menção à Educação Inclusiva, Educação Especial ou Deficiência. A tabela abaixo mostra o resultado da investigação acerca do Plano de Governo do atual presidente Luís Inácio Lula da Silva, proposta em 2021 na sua candidatura.

Tabela 3: Dados do Plano de Governo do Candidato à Presidência da República, Luís Inácio Lula da Silva

| | |
|--|--|
| Candidato à Presidência da República: Luiz Inácio Lula da Silva Vice: Geraldo Alckimin Ano: 2022 | |
| RECONSTRUÇÃO E TRANSFORMAÇÃO DO BRASIL. | |



III SEMPED

FORMAÇÃO DOCENTE: COMPLEXIDADES,
PERSPECTIVAS E (DES)VALORIZAÇÃO.

15 A 19 DE SETEMBRO DE 2025



CCP
Colegiado de Pedagogia
Vitória da Conquista

| | |
|---|---|
| 21 páginas | |
| Ênfase do Plano de Governo | Resgatar o país devastado por um processo de destruição que trouxe de volta a fome, o desemprego, a inflação, o endividamento e o desalento das famílias, retomar a preservação do patrimônio natural e cultural, devolver a soberania nacional afetada pelo aprofundamento das desigualdades em meio ao governo negacionista e à pandemia. |
| 16 menções à palavra Educação 0 menções para “Educação Inclusiva” ou “Educação Especial” | |

Fonte: Pesquisa documental

O Plano de Governo do Presidente Lula é considerado compacto, mas traz como objetivo, a reconstrução e transformação do Brasil sofrido por um golpe de estado e seguido por um desgoverno. Durante a busca encontrou-se 16 menções da palavra Educação e nenhuma menção sobre Educação Inclusiva, Educação Especial. Porém no tópico 43, do Plano de Governo, há a ideia de assegurar às pessoas com deficiência e suas famílias o acesso à saúde, à educação, à cultura e ao esporte, e a inserção no mundo do trabalho para promover um Brasil mais inclusivo e acessível.

No decorrer do Plano de Governo, ainda deparamos com um fragmento que se refere a um Brasil inclusivo e acessível, com a garantia de direitos e respeito a pessoas com deficiência é uma de nossas metas. Para tanto é preciso assegurar às pessoas com deficiência e suas famílias o acesso à saúde, à educação, à cultura e ao esporte, e a inserção no mundo do trabalho. Nosso compromisso é romper as barreiras do capacitismo e assegurar a todos os brasileiros e brasileiras inserção social, oportunidades e autonomia. Para tanto, vamos trabalhar com a comunicação acessível e inclusiva, investir em pesquisa e inovação e assegurar à pessoa com deficiência o acesso a tecnologias assistivas e, sobretudo, integrar todas as esferas de governo e da sociedade para garantimos a premissa de cidadania das pessoas com deficiência, de que “nada sobre nós, sem nós”.

Sabe-se que a produção de Políticas públicas está diretamente associada à capacidade financeira da União, Estado ou Município. Para se realizar quaisquer políticas públicas, a priori, é necessário o financiamento para tal. Nesse sentido, o plano de governo não é garantia da realização do que se propõe, mas um plano de intenções. Destarte, Nenhum dos Planos de Governo vislumbra intencionalidades para a Educação Inclusiva.

Ao analisar os discursos de posse dos quatro presidentes, constatamos a ausência de menções sobre Educação inclusiva em todos eles. Dilma Rousseff afirma que seu governo



III SEMPED

FORMAÇÃO DOCENTE: COMPLEXIDADES,
PERSPECTIVAS E (DES)VALORIZAÇÃO.

15 A 19 DE SETEMBRO DE 2025



CCP
Colegiado de Pedagogia
Vitória da Conquista

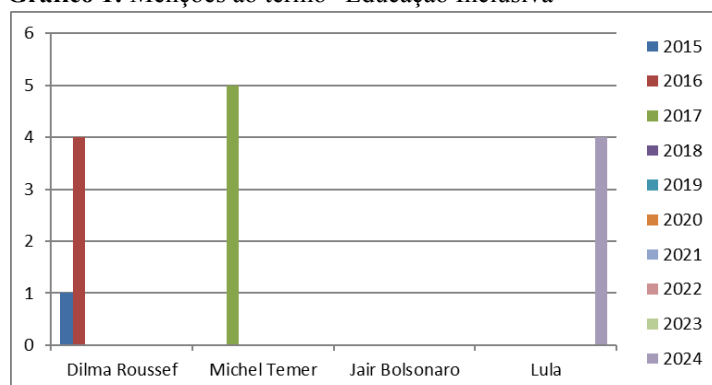
terá como lema Brasil, Pátria Educadora e que Educação seria a prioridade das prioridades e ainda afirma que democratizar o conhecimento significa universalizar o acesso a um ensino de qualidade em todos os níveis – da creche à pós-graduação; significa também levar a todos os segmentos da população – dos mais marginalizados, aos negros, às mulheres e a todos os brasileiros a educação de qualidade. Michel Temer ao assumir a Presidência da república após o Golpe de Estado, foi breve no seu primeiro pronunciamento, sem menção `Educação ou Educação Inclusiva.

Em 2019, Jair Messias Bolsonaro assume a Presidência da República e traz uma intérprete de libras durante seu discurso de posse, no entanto não se falou em Educação Inclusiva.

O discurso de posse do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva também não traz nenhuma menção à Educação Inclusiva. Sua posse ficou marcada pela representatividade pela inclusão e representatividade de povos diversos, bem como a presença marcante da figura pública de Ivan Baron, que é criador de conteúdo digital e milita contra capacitismo.

E ainda analisando as mensagens presidenciais publicadas no decorrer desses 10 anos de governo ainda demonstra que o termo Educação Inclusiva raramente apareceu nas mensagens presidenciais pelos governantes nesse espaço temporal. A seguir o texto apresenta o resultado da análise das mensagens presidenciais.

Gráfico 1: Menções ao termo “Educação Inclusiva”



Fonte: Elaborado pelas pesquisadoras (2025).

Observando o gráfico 1 demonstra nitidamente a ausência do termo Educação Inclusiva nas mensagens presidenciais, no entanto, pode-se ver que durante o governo da Presidenta Dilma ela “Destaca a implementação da política de educação especial na



III SEMPED

FORMAÇÃO DOCENTE: COMPLEXIDADES,
PERSPECTIVAS E (DES)VALORIZAÇÃO.

15 A 19 DE SETEMBRO DE 2025



CCP
Colegiado de Pedagogia
Vitória da Conquista

perspectiva da educação inclusiva uma vez que todas as iniciativas governamentais devem considerar a eliminação de barreiras e inclusão da pessoa com deficiência. Demonstrando que de acordo com o Censo Escolar, em 2012, o número de matrículas de estudantes público-alvo da educação especial em classe regular alcançou 620.777 alunos, ou seja, 76% de incluídos, o que reflete a efetividade da política de educação especial na perspectiva da educação inclusiva.”

Desenvolveu ações voltadas para Educação Inclusiva junto à Comissão de Defesa dos Direitos Fundamentais e a Comissão da Infância e Juventude. Realizou a Ação Nacional – Educação Inclusiva, resultando na construção e no lançamento do projeto nacional de defesa da educação inclusiva. Realizou o Encontro Nacional: “Em Defesa da Educação Inclusiva em abril de 2015, na sede do CNMP, em Brasília/DF, em parceria com a Comissão de Infância e Juventude e a Comissão de Planejamento Estratégico.

No governo de Michel Temer há forte ausência da Educação Inclusiva nas pautas presidenciais, bem como não houve nenhuma menção ao termo Educação inclusiva por meio de mensagens.

Jair Bolsonaro não menciona Educação Inclusiva no primeiro ano de seu governo, mas ele apresenta uma proposta para a Educação Especial. Segundo ele, era uma proposta de atualização da Política Nacional de Educação Especial. A ideia era pautada em evidências, ampliava o público de estudantes apoiados pela educação especial e corresponde às demandas da sociedade e à efetividade dessa modalidade de educação e também ações de qualificação e expansão do número de tradutores/intérpretes da Língua Brasileira de Sinais (Libras) na educação e a ampliação do atendimento ao público da educação especial em cursos técnicos na Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica.

Em 2022, o presidente Jair Bolsonaro traz a pauta “Educação Bilíngue para Surdos” e “Destaca-se, também, a aprovação da Lei nº 14.191, de 20 de dezembro de 2021, que criou a modalidade de educação bilíngue de surdos e iniciou o trabalho de levantamento dessa realidade no País. Em 2021, foram investidos cerca de R\$13 milhões para reforma e construção de escolas bilíngues de surdos.”

No primeiro ano de governo do presidente Lula em 2023, ele faz uma menção na sobre educação especial no capítulo “O Brasil ao final de 2022 – desafios à reconstrução do país e



III SEMPED

FORMAÇÃO DOCENTE: COMPLEXIDADES,
PERSPECTIVAS E (DES)VALORIZAÇÃO.

15 A 19 DE SETEMBRO DE 2025



CCP
Colegiado de Pedagogia
Vitória da Conquista

do estado”. O presidente destaca que acabar com a política pública de educação especial que promove o isolamento social das crianças com deficiência Proposta de revogação do Decreto nº 10.502, de 30 de setembro de 2020 – “Decreto da Exclusão” –, uma política preconceituosa que exclui as crianças com deficiência do convívio com as demais crianças nos ambientes escolares, promovendo isolamento social inaceitável. O ato normativo é inclusive questionado no STF na ADPF nº 751 e na ADI nº 6590.

Já em 2024 o presidente enfatiza que “Nesse processo de reconstrução, o diálogo é a tônica da democracia. Por esse motivo, foram recriadas comissões para fortalecimento do debate democrático com os diversos públicos da educação, a exemplo da Comissão Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (CNEEPEI); da Comissão Nacional de Educação Bilíngue de Surdos (CNEBS). O Fórum Nacional de Educação (FNE) também foi recomposto, fortalecendo esse importante espaço de interlocução entre a sociedade civil e o Estado brasileiro, além de concretizar o prestígio da participação social nas políticas educacionais.”

Outro ponto relevante é que o “O Governo Federal lançou o Plano de Afirmação e Fortalecimento da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (PNEEPEI), com o objetivo de ampliar o acesso, a permanência, a participação e a aprendizagem dos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação nas salas comuns de escolas regulares, além de formação de educadores. A estratégia é retomar as premissas originais da Política, que completou 15 anos em janeiro de 2023. A meta é chegar ao final de 2026 com mais de 2 milhões de estudantes do público da educação especial matriculados em classes comuns, atingir 169 mil matrículas na educação infantil e ampliar os recursos financeiros. Em 2023, foram investidos R\$ 237 milhões em novas Salas de Recursos Multifuncionais (SRMs), atendendo 11,4 mil escolas e 191,02 mil estudantes.

Foi possível constatar que os quatro presidentes tiveram posicionamento distintos diante da Educação Inclusiva. Nesse sentido, vimos que suas prioridades no governo são distintas, que para alguns são pautas relevantes, para outros nem tanto. No que se refere à Educação, a Presidenta e todos os presidentes mencionaram o termo educação nas suas mensagens presidenciais, mas a Presidenta Dilma se destacou pelo número de menções,



III SEMPED

FORMAÇÃO DOCENTE: COMPLEXIDADES,
PERSPECTIVAS E (DES)VALORIZAÇÃO.

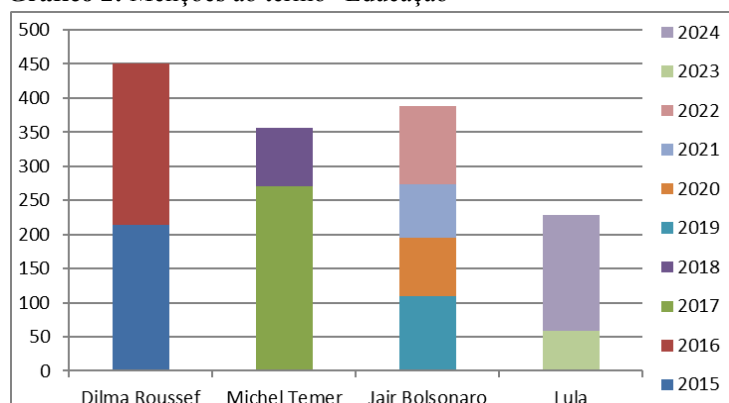
15 A 19 DE SETEMBRO DE 2025



CCP
Colegiado de Pedagogia
Vitória da Conquista

embora tenha sido vítima de um Golpe de Estado e não concluído seu mandato eleitoral. Pode-se ver no gráfico 2 a proporcionalidade do que é posto.

Gráfico 2: Menções ao termo “Educação”



Fonte: Elaborado pelas pesquisadoras (2025).

O dado reforça a constatação de que a inclusão educacional permanece como um aspecto periférico nas agendas governamentais, sendo frequentemente diluída em discursos genéricos sobre educação sem detalhamento de ações concretas voltadas às pessoas com deficiência. Essa disparidade entre a ênfase no termo “educação” e a ausência de menções consistentes à inclusão revela uma lacuna histórica nas prioridades políticas, apontando para a necessidade de transformar compromissos retóricos em políticas públicas estruturadas, com continuidade e financiamento adequado, para que a educação inclusiva deixe de ser um ideal distante e se torne uma realidade efetiva no sistema educacional brasileiro.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise evidenciou que, ao longo da última década, a Educação Inclusiva ocupou um espaço secundário ou inexistente nos discursos presidenciais e nos planos de governo, revelando uma lacuna significativa na formulação e na priorização de políticas públicas voltadas para esse segmento. Apesar de iniciativas pontuais, como as ações da presidenta Dilma Rousseff, a proposta de educação bilíngue para surdos no governo Bolsonaro e a retomada da PNEEPEI no governo Lula, a ausência de uma abordagem contínua e estruturada demonstra fragilidade no compromisso estatal com a promoção da inclusão educacional.

Observa-se que a presença do termo nos discursos nem sempre se traduz em ações efetivas, reforçando a distância entre a retórica política e a implementação prática. Assim, o



III SEMPED

FORMAÇÃO DOCENTE: COMPLEXIDADES,
PERSPECTIVAS E (DES)VALORIZAÇÃO.

15 A 19 DE SETEMBRO DE 2025



CCP
Colegiado de Pedagogia
Vitória da Conquista

estudo aponta para a urgência de consolidar políticas educacionais inclusivas como prioridade permanente de Estado, e não apenas de governo, garantindo continuidade, financiamento adequado e monitoramento de resultados, de modo a assegurar o direito à educação com equidade e qualidade para todos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BAPTISTA, Claudio Roberto. Política pública, Educação Especial e escolarização no Brasil. **Educação e Pesquisa**, v. 45, p. e217423, 2019.

BILHIM, João. Políticas públicas e agenda política. **Revista de Ciências Sociais e Políticas**, v. 2, n. 99-121, p. 5-20, 2008.

BRASIL. Presidência da República. Portal do Planalto. Disponível em: <http://www.gov.br/planalto>. Acesso em 05 de junho de 2025.

BRASIL. **Senado Federal. Agência Senado.** Íntegra do discurso da presidente Dilma Rousseff na cerimônia de posse. Brasília, 1 jan. 2011. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2011/01/01/integra-do-discurso-da-presidente-dilma-rousseff-na-cerimonia-de-posse>. Acesso em: 15 ago. 2025.

BRASIL, Felipe Gonçalves et al. Agenda governamental brasileira: prioridades e mudanças na dinâmica da atenção sobre a distribuição orçamentária da União (2000-2021). **Revista de Administração Pública**, v. 57, n. 5, p. e2022-0394, 2023.

CAPELLA, Ana Cláudia Niedhardt; BRASIL, Felipe Gonçalves. Prioridades em políticas públicas: Mensagens ao Congresso Nacional na agenda governamental 1991/2020. **Revista de Sociologia e Política**, v. 30, p. e017, 2022.

GIRON, Graziela Rossetto. Políticas públicas, educação e neoliberalismo: o que isso tem a ver com cidadania. **Educ. Puc**, p. 17-26, 2008.

MACHADO, Jardel Pelissari; PAN, Miriam Aparecida Graciano de Souza. Do Nada ao Tudo: políticas públicas ea educação especial brasileira. **Educação & Realidade**, v. 37, n. 1, p. 273-294, 2012.

SILVA, Temístocles Damasceno. O esporte na agenda governamental do estado da Bahia (1995-2018). 2022. 268p. Tese (Doutorado em Educação Física) – Centro de Ciências da Saúde. Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2022.

TSE – **Tribunal Superior Eleitoral.** DivulgaCandContas. Disponível em: <https://divulgacandcontas.tse.jus.br/>. Acesso em: 15 ago. 2025.